



*Dos/as clones às mulheres trans¹ e travestis:
10 refazendo passos, tecendo memórias de pesquisa**
*(From clones to trans women and transvestites:
retracing steps, weaving research memories)*

*Recebido em:
13/08/2021
Aprovado em:
08/10/2021

*Juliana Gonzaga Jayme***

**Professora dos cursos de Ciências Sociais, Cinema e Audio-visual, Publicidade e Propaganda e Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Além de ser docente pesquisadora do PPG em Ciências Sociais da PUC-MG. Tem experiência acadêmica na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana. Integra os grupos de pesquisa Cultura Urbana, modos de vida e identidade e Cultura e Cidade, da PUC Minas e o grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento, da UNB. Atua principalmente nos seguintes temas: Gênero, Corpo, Identidade, Cidade, Espaços Públicos, Trabalho. Pesquisadora do CNPq. Email: ORCID: 0000-0001-5642-6834.

1. Utilizo mulheres trans aqui com o sentido de mulheres transgêneras, sendo transgênero/a termo usado para pessoas que não se identificam com o sexo/gênero que lhes foi atribuído no nascimento, em oposição a pessoas cisgêneras (ou cis), mas esses termos não eram usados na época da minha pesquisa para o doutorado (realizado entre 1996 e 2001). Transgênero/a (ou trans) pode funcionar como um “guarda-chuva” que engloba diferentes categorias, tais como transexuais e travestis (JAYME, 2001; LANZ, 2014). Na época da pesquisa minhas interlocutoras se denominavam travestis, transexuais, drag-queens, transformistas, montadas e, apenas um/a andrógino/a. Em Lisboa, no entanto, Jó, uma mulher trans (que se denominava transexual secundária, porque

Resumo – *O objetivo deste texto é contar o percurso da pesquisa realizada para a minha tese de doutorado, Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa a partir da memória que se constrói mais de vinte anos depois, quando o campo dos estudos de sexualidade, inclusive com a categoria das sexualidades dissidentes, a teoria queer e de gênero, este último pensado contemporaneamente também pela via da desconstrução e da crítica, estão consolidados no Brasil. No artigo, a um só tempo comento sobre o percurso e os resultados da pesquisa, repensando e problematizando o uso de certas categorias e da discussão teórica com a lente atual.*

Palavras-chaves: *memória das categorias e teorias; sexualidades dissidentes; gênero; ciências sociais; Brasil e Portugal.*

Abstract – *The aim of this text is to tell the course of the research carried out for my doctoral thesis, Transvestites, Transvestites, drag queens, transsexuals: characters and masks in the daily life of Belo Horizonte and Lisbon based on memory that is built over twenty years later, when the field of sexuality studies, including the category of dissident sexualities, queer theory and gender, the latter thought contemporarily also through deconstruction and criticism, were consolidated in Brazil. In the article, at the same time, I comment on the path and results of the research, rethinking and problematizing the use of certain categories and theoretical discussion with the current lens.*

Keywords: *memory of categories and theories; dissenting sexualities; gender; social sciences; Brazil and Portugal.*

não desejava realizar a cirurgia de transgenitalização) usava *transgender* (em inglês mesmo) com esse sentido de guarda-chuva, incluindo drag-queen e transformista, termo que hoje por vezes é associado à expressão artística, mas não a identidade de gênero (ver, por exemplo, JESUS, 2012).

Sabemos que a memória é uma construção e, como tal, antes de se tratar de um passado revivido, refere-se a uma reconstrução desse passado, mas com as referências do presente (POLLACK, 1989; KOFES, 2001; DELGADO, 2003). Este é um texto de lembranças e o que eu rememoro nestas páginas está vinculado, afetiva e intelectualmente, ao período em que cursei a pós-graduação na Unicamp, entre 1992 e 2001, com ênfase na pesquisa realizada no doutorado.

Cheguei àquela universidade para fazer o Mestrado em Antropologia Social. Debaixo dos braços um projeto que tinha como questão central a imitação na sociedade contemporânea. O recorte empírico era feito por pessoas que imitavam/multiplicavam artistas da música pop nacional ou estrangeira. Desfilaram pelo meu diário de campo, pela minha dissertação e por um videodocumentário apresentado na defesa, Madonnas, Michael Jacksons, Elvis Presleys, Raul Seixas, Tim Maias, Mirreille Mathieus entre outras/os artistas. Foi no campo que conheci várias mulheres trans e travestis que faziam cover de cantoras famosas nas boates de Campinas. A ideia para o doutorado, iniciado em 1996 veio do encontro com essas mulheres.

Há uma coincidência na construção do problema de pesquisa no mestrado e no doutorado. Em

ambos os casos, a ideia não partiu de uma questão teórica, mas de uma curiosidade intelectual em relação a indivíduos concretos, pessoas que se ofereciam ao meu olhar, como revelam os trechos retirados da introdução dos dois trabalhos:

Os clones se mostravam de forma tão intensa, pois eram muitos e constantes e de certa forma estavam sempre se colocando, aparecendo, e por isso me chamaram, me instigaram a tentar compreendê-los. (...) foi o “objeto-empírico” que se colocou como “objeto-a-ser-interpretado”. (JAYME, 1996, p. 02)

Duda afirmava que era travesti, mas não prostituta. Bárbara Buzuzu Cordeiro se dizia transformista, entretanto poderia se passar por *drag-queen*, caso algum jornalista se interessasse. Naomi era travesti, mas a encontrei em uma festa como a atração *drag* da noite. Enquanto fazia a pesquisa de campo para a minha dissertação de mestrado sobre a imitação na sociedade contemporânea (Jayme, 1996), essas “personagens” se ofereceram, a princípio como clones de cantoras famosas, ao meu olhar. (JAYME, 2001, p. 01)

Na verdade, não há espanto nisso, já que as ciências sociais em geral e a antropologia particularmente, no meu entendimento, constituem um campo de



2. FAFICH/UFMG (1987-1990).

3. Ver, entre outras, GREGORI, 2018; CORREA (2001), HEILBORN; SORJ (1999); COSTA; BRUSCHINI (1992). É importante ressaltar também que em 1984 foi criado na UFMG o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM). Também em 1984 foram criados Núcleos de Estudos sobre Mulheres na USP e na UFBA e em 1980 na PUC Rio.

4. Publicado pelo PAGU; núcleo de estudos de gênero da Unicamp.

5. Coletânea de textos e palestras escritos/proferidos pela autora nos anos 1980.

6. Sobre isso ver, entre outras, GREGORI, 2018; CORRÊA, 2001.

conhecimento que se interessa pela realidade concreta, utilizando a teoria justamente para iluminar a análise das questões que surgem dessa realidade. No caso da pesquisa que levou ao meu doutorado, foram mobilizadas as teorias feministas e os chamados estudos de gênero, estes últimos, pode-se dizer, ainda recentes no Brasil naquele momento.

Nos quatro anos da minha graduação em Ciências Sociais² não ouvi o termo e o conceito de gênero. Este fato, aliás, não é de se estranhar. Se nessa época os estudos sobre mulheres estavam consolidados no Brasil³, a discussão do conceito de gênero é mais recente. Como apontam Albertina Costa e Cristina Bruschini na apresentação do seu livro *Uma questão de gênero* de 1991, as temáticas gênero e relações de gênero foram introduzidas nos Grupos de Trabalho da ABA em 1988 e da ANPOCS em 1990. Os GTs, anteriormente, se voltavam para a mulher e para a identidade feminina. (COSTA; BRUSCHINI, 1992).

Foi naquela época também, um pouco depois da minha formatura na graduação e no ano do meu ingresso no mestrado em Antropologia, que a Revista Estudos Feministas lançou seu primeiro número (1992) e pouco tempo depois, em 1993, tinha início o Cadernos Pagu⁴. Nesse momento, no Brasil, a discussão de gênero ainda tinha as mulheres cisgêneras

como centro de sua preocupação – e a categoria era pensada como a construção social do sexo –, mas nos Estados Unidos, desde o final dos anos 1980, Judith Butler já se perguntava sobre quem seria o sujeito do feminismo, além de pensar o próprio sexo e a sexualidade como construção sociocultural, e os estudos *queer* começavam a ganhar força. Antes disso, porém, em uma direção diferente, as feministas negras/não brancas não se reconheciam como sujeitas da teoria feminista e afirmavam, sem nomear ainda, a importância da interseccionalidade entre gênero, raça, classe e sexualidade (DAVIS, 2016 [1981]; hooks, 2019 [1981]; LORDE, 2020⁵).

É preciso ressaltar, no entanto, que se na graduação em Belo Horizonte eu não tive contato com pesquisas no campo do gênero, ao chegar na Unicamp em 1992 o panorama era inteiramente diferente. Ali já havia muitas docentes e discentes, cujas pesquisas dialogavam com a teoria feminista e de gênero, tanto que existia uma linha de pesquisa no Doutorado em Ciências Sociais denominada família e relações de gênero e, em 1993 o Pagu – Núcleo de estudos de gênero – se institucionalizava⁶. Entre essas pesquisadoras, estava a minha orientadora, Suely Kofes. Mas, como já coloquei antes, apenas no doutorado esse campo me chamou atenção.



7. O uso do termo *cuier* quer mostrar que a teoria também tem “cores” locais do ponto de vista teórico. Ver entre outras/os, Pelúcio (2020).

O objetivo deste texto é contar o percurso dessa pesquisa a partir da memória que se constrói mais de vinte anos depois, quando o campo dos estudos de sexualidade, inclusive com a categoria das sexualidades dissidentes, a teoria queer (ou *cuier*⁷) e de gênero, este último pensado contemporaneamente também pela via da desconstrução e da crítica, estão consolidados no Brasil.

Do trabalho de campo ao gabinete: nasce uma questão de pesquisa

A estratégia que utilizei para contactar clones da música pop, para a pesquisa de mestrado, foi frequentar shows de bandas cover, boates LGBT (na época denominadas boates gays ou GLS) e um salão de cabelereiro em Campinas que prometia transformar qualquer pessoa no seu ídolo. Nesses lugares, além da observação, tinha conversas informais com clones, marcava entrevistas para depois e pedia indicação de outros/as clones, utilizando a técnica da bola de neve que, na realidade, foi menos profícua do que eu supunha, porque, como se explicita na dissertação, os clones não podem ser pensados como um grupo. Percebi, desde o início da pesquisa, que se essas

pessoas tinham em comum a construção ritualizada do próprio corpo para imitar um/a outro/a, também eram bastante diferentes entre si: as motivações para a imitação eram muitas e muitas vezes diversas, além da idade, do gênero, da orientação sexual, dos espaços onde se apresentavam como clones etc. Mas essa construção corporal – embora no mestrado eu não tivesse me dado conta disso de forma tão racional – relatada como se fosse um *empréstimo* a um/a outro/a, era, de fato, a construção da (própria) pessoa.

A epígrafe do primeiro capítulo da dissertação é a frase de um interlocutor da minha pesquisa que diz o seguinte:

Nós não temos nome próprio quando a gente tá maquiado, quando a gente sobe no palco. Quando a gente tá maquiado nós não temos nome, nossos nomes não existem mais (Integrante da banda Kiss Cover que se recusa a dizer o nome, *apud* JAYME, 1996, p. 9).

Nesse caso, o rapaz dava vida a um dos integrantes da banda Kiss por meio do seu corpo e se tornava esse outro nos momentos rituais, quais sejam, ensaios e shows da banda cover. Tempos depois, já na pesquisa de campo para o doutorado, várias mu-

8. Uso neste texto incorporação, com Miguel Vale de Almeida (1996), mas na tese, a partir de Viveiros de Castro (1996) usei encorporação, e na publicação brasileira do livro de Csordas (2008), a tradução foi corporificação.

9. O uso das categorias cisgênero e transgênero é um avanço muito importante para a teoria, embora, provavelmente, tenha surgido no ativismo. Se hoje a referência à diferenciação entre travestis e transgêneros se dá não às mulheres em geral, mas às mulheres cis, significa que as mulheres trans e travestis se veem e podem ser vistas como mulheres. Na década de 1990 e início dos anos 2000, época da minha pesquisa, as travestis e mulheres trans não eram pensadas como mulheres, pelo menos não de ma-

lheres trans e travestis me diziam, ao comentar sobre elas próprias, frases com esse mesmo sentido, que me revelaram a impossibilidade da dissociação entre corpo e mente. Desse modo, a ideia de incorporação⁸ (CSORDAS, 1990, VALE DE ALMEIDA, 1996 b, BOURDIEU, 2003) tomou o lugar do simulacro/imitação, que faziam parte das minhas questões iniciais.

Como foi dito, minha curiosidade em relação às mulheres trans e travestis surgiu ainda na pesquisa de campo para o mestrado e, por isso mesmo, as questões formuladas para o doutorado, que buscavam dar conta da construção de gênero dessas mulheres, ainda estavam presas na chave da imitação/simulacro. Me perguntava, então, se travestis, transformistas, transexuais e drag-queens podiam ser pensadas como simulacros de mulheres cis, embora naquela época, 1996, esse termo estivesse longe de ser cunhado⁹. Mas, a partir da pesquisa de campo, só que agora para o doutorado, e tomando pé da bibliografia referente ao gênero e ao corpo, percebi que esta questão era equivocada. Lendo um artigo em que Miguel Vale de Almeida (1996a) revisitava sua pesquisa de doutorado sobre a construção das masculinidades em Pardais, no qual explicitava que a categoria gênero seria mais bem compreendida a partir também do entendimento da incorporação dos su-

jeitos com gênero, as frases daquelas mulheres trans e travestis e a categoria/ação *montar-se* – que será retomada e explicada a frente – retornaram à cena. Cito aqui apenas duas:

É aquele negócio, tô eu aqui, e aí eu começo a me montar, eu me sinto outra pessoa, tá, porque não é só colocar um salto e sair rebolando, cê entendeu, é ter uma postura (...) aquela coisa de mulher, tá, sentar, cruzar as pernas, tá, andar sempre, não de nariz em pé, mas ter uma postura, aquela coisa reta, sabe, então, quer dizer, eu me sinto outra pessoa. (...) é tipo assim, pegar um cigarro, fumar diferente, então é bem por aí, eu me sinto outra pessoa (Tânia Brasil, *apud* JAYME, 2001, p. 91). E, portanto, eu tinha, no fundo, e penso que até hoje, não é, tenho é, os dois sexos, os dois sexos dentro de mim, *um porque foi aprendido* e outro porque nasci com ele... (Carmen, *apud* JAYME, 2001, p. 102).

Pensando sobre essas questões iniciais tempos (e leituras) depois, percebo que o meu objeto se construía a partir de uma teoria centrada na norma e hegemonia heterossexual e cisgênera, tomando as pessoas trans e travestis como minoras que imitariam as mulheres. Certamente, pelo que foi escrito até aqui, dificilmente essa abordagem seria diferente

neira tão explícita. Mesmo que ainda possamos escutar, não raramente, que não se tratam de mulheres, pelo menos a discussão está colocada, inclusive por parte da mídia e da indústria de entretenimento.

10. Escrevi o projeto para a seleção do doutorado em 1995, tendo ingressado no curso em março de 1996.

11. Identidade é um termo êmico, mas pensado, na minha análise, em sua instabilidade.

12. As frases dessas mulheres foram retiradas de Jayme, 2001.

13. Mas, mesmo na tese já chamava atenção para o fato de que não havia uma definição precisa desses termos.

naquele momento¹⁰. No entanto, no campo e a partir da literatura mobilizada, especialmente Judith Butler (2003) e Jack Halberstam (1998), fui problematizando os binarismos, e, talvez de maneira não tão racional no início, colocando em questão a normalização da heterossexualidade e da cisgeneridade.

Antes de retomar a discussão sobre a incorporação, que do meu ponto de vista é o cerne da minha tese, importa explicitar que outro aspecto que me preocupava naquele momento se referia à compreensão do que unia, mas também o que separava essas diferentes identidades transgêneras¹¹ – pensando que não é possível homogeneizar essas diversas subjetividades –, pois, nos meus encontros e conversas com elas era muito comum a marcação da diferença – *um travesti, que é um homem com corpo, cara e peito e tudo de mulher...* (Rosa do Amor); *drag-queen é quem não tem peito para ser travesti* (Duda); *...o travesti verdadeiro (...) é aquele que tem peito...* (Porcina); *Não sou travesti, nem drag-queen, nem transformista; sou montada.* (André) –, mas também de uma identidade que se afirmava politicamente em relação às pessoas cisgêneras – *... transgender é uma palavra que quer englobar os vários ‘transgêneros’, que são travestis, transformistas, transgenderistas, drag-queens, cross-dres-*

sers, transexuais (Jó)¹².

Diante da ênfase na identificação/diferenciação, gastei algumas páginas da tese definindo, a partir das minhas interlocutoras, as categorias utilizadas por elas para se definirem e se diferenciarem. Se hoje essa categorização está datada e se a sigla LB-TQIA+ talvez revele maior fluidez nos termos, por outro lado, ainda é um tema que mobiliza as pessoas trans e travestis, ativistas ou não, mesmo que não haja consenso nessas categorizações.

Defini naquela época, então, a partir das categorias êmicas, os termos travesti, transformista, drag-queen, transexual, montada, andrógina (JAYME, 2001)¹³ – e não as (re)defino aqui, porque essas categorias são contextualizadas –, mas também usei transgênero como um “guarda-chuva”, conforme proposto por Jó Bernardo e, mesmo que não consensualmente, o termo trans (pessoa trans, mulher trans, homem trans) ainda hoje é usado com esse sentido. A importância desse vocábulo, me parece, sempre foi política. E se contemporaneamente há certa resistência à ideia de categorizações, inclusive porque essas noções vinculam-se, de certo modo, ao saber/poder médico, por outro lado, nota-se também a importância tanto das diferenciações, e daí o uso da sigla LB-TQIA+ – também em movimento –, quanto o de um



termo que possa dizer respeito às experiências trans e travestis. Amara Moira, por exemplo, problematiza os usos das palavras trans/transsexual e travesti e, ao final, os coloca como sinônimos, borrando uma ideia disseminada de que sua diferença estaria na genitália, mas afirma que ela própria se autodefine como travesti (MOIRA, 2021).

Em um dado momento da tese, a partir da discussão com Butler (2003), pergunto se é possível pensar em identidade para discutir aquelas experiências e, ao final, concluo que se analisá-las em sua instabilidade e desessencialização, levando em conta que o gênero não deve ser pensado como tal, mas como performatividade, seria sim possível.

... se [as identidades] foram concebidas pela modernidade como fixas e polarizadas, na contemporaneidade podem ser interpretadas a partir de seu caráter múltiplo e inacabado. Nesse sentido, é possível uma reflexão que relacione gênero e identidade. Se as identidades podem ser vistas como transitórias, as questões sobre gênero caminham nessa mesma direção, ainda que uma noção não se refira óbvia ou imediatamente à outra (JAYME, 2001, p. 3).

Hoje tenho dúvidas se deveria ter colocado a questão daquela maneira. Por outro lado, naquele

momento, minhas interlocutoras me afirmavam tão reiteradamente sua identidade (travesti, drag-queen, transexual, montada, andrógina/o etc.), enfatizando a diferença em relação às outras categorias, que não me era possível pensar em outro conceito para essa análise. Por outro lado, ao pensar na ideia do vocábulo transgênero como uma identidade frente ao cisgênero, talvez a ideia de aliança em Butler (2018) possa ser mais indicada para a compreensão, porque tal união se dá em reação à condição precária comum a corpos desumanizados, como os corpos transgêneros:

... a precariedade está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência” (BUTLER, 2018, p. 41)

A questão central da minha pesquisa de doutorado, no entanto, como já apontado, se referia à construção desses diferentes corpos trans e travestis, além, justamente, da diferenciação das categorias que me foram colocadas ainda no trabalho de campo realizado para a dissertação do mestrado. Para terminar este tópico, interessa salientar ainda que traves-



ti, transformista e transexual eram termos usados no masculino nos textos acadêmicos, mas também por aquelas que se reconheciam como travestis, transexuais e transformistas, embora utilizassem para se referir a si próprias pronomes (e nomes) femininos. Em uma pesquisa realizada em 2003, quando o uso de travesti no feminino já era mais comum, Larissa Pelúcio ouve uma travesti que se refere ao vocábulo no masculino – *o travesti* – como ela escreve em um artigo de 2020:

“É *O travesti*”, advertiu *a travesti*, marcando o artigo com uma pausa sonora. A correção foi feita durante uma entrevista concedida a Larissa Pelúcio, em 2003. A entrevistada justificou o uso do artigo masculino valendo-se da erudição do *Aurélio*, o dicionário. Em seguida, buscou entre seus livros um que tinha justamente esse título: *O travesti*, um romance de 1987, escrito pela controversa Adelaide Carraro. Ela queria ajudar a pesquisadora a compreender o que era ser travesti, por isso fez aquela observação. Não foi a única. *As palavras falam também de um tempo histórico* (PELÚCIO, 2020, p. 130. Grifos meus).

Se em 2021, é bem menos comum, entre as trans e travestis o uso do pronome masculino, na

mídia, nas redes sociais, em consultórios e hospitais ou em quaisquer serviços, difícil é o uso do feminino para se referir a elas, mesmo que essa discussão pareça estar bem popularizada.

Gênero, corpo, pessoa e incorporação

A questão não é apenas que a linguagem atua, mas que atua de maneira poderosa. (...) geralmente há os profissionais da área médica que declaram uma criança aos berros como sendo menino ou menina, e mesmo que o enunciado deles não seja audível por causa do barulho, o quadrado que marcam certamente está legível nos documentos legais que são registrados pelo Estado. Minha aposta é que a maioria de nós teve seu gênero estabelecido porque alguém marcou um quadrado em um papel e o enviou...”

(Judith Butler, 2018, p. 35)

O que pode um corpo sem juízo?

*Quando saber que um corpo abjeto se torna um
[corpo objeto e vice-versa?*

*Não somos definidos pela natureza assim que
[nascemos*

Mas pela cultura que criamos e somos criados

14. Mesmo que em alguns momentos como em “... nos tornamos algo homens, mulheres, cisgêneros, heterossexuais, bissexuais, e o que mais quisermos, pudemos ou nos dispusermos a ser...”, possa parecer que esta letra tenha certo tom voluntarista, provavelmente, esse tom é mais uma licença poética e um modo de afirmar uma resistência, ainda mais que na mesma frase, além de quisermos e dispusermos, há um *pudermos*.

*Sexualidade e gênero são campos abertos de
[nossas personalidades
E preenchemos conforme absorvemos elementos do
[mundo ao redor
Nos tornamos mulheres ou homens, não nascemos
[nada
Talvez nem humanos nascemos
Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história
Geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos algo
Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros,
[heterossexuais
Homossexuais, bissexuais, e o que mais quisermos
Pudermos ou nos dispusermos a ser
O que pode o seu corpo?
(Jup do Bairro. O que pode um corpo sem juízo?)*

Como sabemos, todo conceito tem uma história e, certamente, muitas disputas, assim como os chamados campos de conhecimento. Com o conceito de gênero, não seria diferente. Não é propósito deste artigo tratar dessa história, mas é importante apontar para a popularização do termo (ainda que não necessariamente da discussão teórica), que hoje, além de “frequentar” os ambientes acadêmicos, está nas redes sociais, na fala das/os denominadas/os *influencers*, nos programas de TV, na música popular. A le-

tra de Jup do bairro citada na epígrafe deste tópico, acredito, vai ao encontro da reflexão sobre gênero e corpo realizada na minha tese e que busco retomar aqui, e revela que alguns corpos, sem juízo, não aceitam o *quadrado marcado* para eles¹⁴.

Se a categoria gênero, ao ser conceituada por teóricas feministas – sendo a precursora Gayle Rubin ([1975] 1993), com a ideia de sistema de sexo-gênero –, foi pensada como a construção sociocultural do sexo, ou como elemento constitutivo de relações sociais com base na percepção hierarquizada da diferença sexual (Joan SCOTT, 1990), essas construções teóricas ainda estariam presas ao modelo binário, e à ideia de coerência entre sexo, gênero, desejo e orientação sexual, que Judith Butler (2003) busca desconstruir e que minhas interlocutoras me faziam repensar quando as observava e/ou as escutava. Como Carmen, que havia feito a cirurgia de transgenitalização e era lésbica (JAYME, 2001), revelando que não há relação causal entre gênero, sexo e desejo ou, melhor dito, desorganizando a norma heterossexual.

A institucionalização de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferencia-



15. Letícia Lanz é transgênera.

16. Para Lanz (2014), o trans de transgênero vincular-se-ia à transgressão, porque ser transgênero seria transgredir a norma de gênero ou o dispositivo binário de gênero.

ção por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2003, p. 45).

Para compreender a discussão de Butler sobre gênero, é importante levar em conta sua ideia de performatividade. Para a autora, o gênero é construído performativamente ou, antes, é ele próprio performativo, portanto, é uma representação induzida por uma norma binária e heterossexual. A partir da teoria dos atos de fala de John Austin, para quem a fala é materializada como ação, ela afirma que o gênero e o corpo são performativos e não preexistem ao discurso. Corpo e gênero estão inscritos na cultura e são generificados. Na mesa de ultrassonografia, ou no momento do nascimento de uma criança, quando se ouve “é uma menina”, “é um menino”, já tem início a construção (discursiva) do gênero (e do sexo). Menino ou menina não é, nessa situação, um enunciado, mas um fato que dá início ao processo de generificação, que é imposto: “Antes de haver um eu que fala, há um discurso que o precede e o habilita” (Butler, 2005, p. 317). Assim, se as teóricas anteriores buscaram diferenciar sexo (natural) e gênero (cultural), Butler, afirma que essa distinção termina por manter o binarismo.

O gênero (e o sexo), nessa perspectiva, é apren-

dido na reiteração das normas (heterossexuais e cisgêneras) reguladoras. Os atos de gênero criam a ideia de gênero dentro de uma norma que objetiva manter sua estrutura binária. E essa ideia de gênero deve ser desempenhada corretamente: meninos não choram e não rebolam, meninas sentam-se com as pernas fechadas e são sensíveis, entre tantas outras expectativas de gênero que são aprendidas e reiteradas. E ainda, o gênero qualifica os indivíduos como humanos, os “humaniza”, desumanizando – considerando abjeto – quem não cumpre de forma correta essa norma ou desempenha corretamente o seu gênero (BUTLER, 2003). Como explicita Letícia Lanz:

Dar nome e definir a identidade de gente como eu implica em mexer – e mexer profundamente – no imenso castelo social que está erguido sobre o dispositivo binário de gênero e que dele depende para continuar de pé. Por colocar em risco esse mesmo dispositivo, ameaçando a estabilidade de toda a imensa estrutura da sociedade em que vivemos, gente igual a mim¹⁵ tem sido considerada infratora da ordem social e tratada como “doente mental”, perversa ou depravada¹⁶ (LANZ, 2014, p. 12).

Por outro lado, é importante explicitar que para



Butler (2003, 2005) a norma do gênero nunca é totalmente internalizada, apesar da sua reiteração.

Para exemplificar o aprendizado e a ideia de imitação do gênero, Butler discute sobre as travestis, afirmando que em sua performance elas desnaturalizam sexo e gênero, escancarando sua estrutura imitativa. Mas, ao falar em paródia de gênero, a autora não quer defender a existência de um original imitado pelas travestis, antes, parodia-se a própria ideia de um original. Não há para ela, então, identidade de gênero, porque ele é constituído performativamente, não tendo origem nem fim.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59).

Ao analisar a performance das travestis no filme *Paris em Chamas*, ela aponta que o gênero e a heterossexualidade hegemônica não passam de um esforço reiterado de imitar o que essa norma idealiza e mais, muitas vezes, elas acabam incorporando justamente as normas de gênero, classe e raça (BUTLER, 2005). Na conclusão da minha tese, eu es-

crevo que as transgêneras e as travestis produzem e reproduzem performativamente femininos, revelando a multiplicidade de gêneros, mas também podem (re)organizar a duplicidade e, no meu argumento, o que está explicitado é certa força da norma:

Se teoricamente é possível pensar a tradução cultural, nas relações sociais esta tradução – pelo menos para alguns casos, como o dos *transgender* – revela-se ainda como utópica. Embaralhar ou subverter (e explicitar esta subversão no corpo, esteticamente) as dualidades de gênero acaba por deixar esses sujeitos como intraduzíveis. Talvez por dar conta deste “estrangeirismo”, é que travestis, transformistas, transexuais e *drag-queens* ao mesmo tempo que querem subverter esta dicotomia, reorganizam-na também em termos binários, revelando (e sentindo) a tensão na categorização de sexo e gênero das sociedades ocidentais. (...) A tensão do sexo e do gênero torna-se explícita na sua performance, uma vez que eles também lidam com e introjetam a forma de pensar a diferença sexual características do ocidente, as atribuições binárias do gênero. (JAYME, 2001, p. 256-257)

Retomando o fio da relação entre gênero, corpo e pessoa, que compõe o título desta tese, caminho para o fim deste texto. Aliando a reflexão de gênero



como performatividade (Butler, 2003, 2005) à noção de incorporação (CSORDAS, 1990, VALE DE ALMEIDA, 1996 b, BOURDIEU, 2003) e ouvindo e observando minhas interlocutoras, pude repensar e, de algum modo, responder as questões formuladas para aquela pesquisa. A partir da ideia de *montagem*, categoria êmica, usada por elas para se referir à sua construção, é que penso na força heurística da ideia de incorporação – *aprender fazendo com o corpo* (VALE DE ALMEIDA, 1996) – que atenta para a indissociação entre corpo e mente.

Montar-se, de acordo com minhas interlocutoras se refere à construção do(s) feminino(s) através de intervenções cirúrgicas, injeção de hormônio, depilação, maquiagem, cabelo, maneiras de falar, andar, sentar etc. O corpo, mais do que expressar um significado, é concebido nessa perspectiva como agente, no sentido de que não transporta, mas ele próprio produz significado (CSORDAS, 1990; VIEGAS, 1996). Ao montar-se, travestis e mulheres trans afirmam que *fazem* um corpo, mas o que revelam é que *fazem*, uma pessoa e, embaralhando o *destino*, não aceitam o *ato de fala* que estabeleceu seu gênero/sexo.

A cintura vem das hormonas, muitas põem silicone, mas as pessoas quando têm o organismo já com hormo-

nas femininas, e que toma mais hormonas, as hormonas desenvolvem no corpo masculino e te faz um corpo feminino, aí chega uma altura que tu não precisa mais tomar, mas há pessoas que não conseguem e põem silicone, põem colágeno, faz esse tipo de trabalho. (Rosa do Amor, *apud* JAYME, 2001, p. 89)

(...) arranjei uma máquina de costura e aí comecei a fazer minhas roupas. Fui fazendo minhas roupas, como eu não tinha seios, eu fazia roupas com uns “jabôs”, assim, com umas coisas assim na frente, pra tapear, sabe, e umas calças largas, uns bons saltos. Depois eu comecei a tomar hormônio e em sete meses eu fiz um corpo, eu tinha um peito maravilhoso com sete meses, quadril, tudo, comigo foi muito rápido; tem pessoas que não, mas em mim foi muito rápido, em mim foi rapidíssimo, tem gente que demora, comigo, sete meses e eu tava com um corpo maravilhoso, seios lindos (...). Agora eu tenho silicone nos seios. (Porcina)

Rosa do Amor diz que os hormônios *fazem* um corpo feminino, Porcina, ao mesmo tempo afirma que aprendeu a ser travesti *fazendo* com o corpo, e que *fez* um corpo, porque produziu uma pessoa com as roupas por ela produzidas. Nota-se, que não é só o corpo, mas também a subjetividade que são (re)construídos nesse verbo-ação *montar*. Ação que exige um aprendizado do corpo. Tânia Brasil,



citada no início deste artigo, diz que se sente outra pessoa quando está montada, mas não apenas pelas roupas e maquiagens, é o modo como pega o cigarro, como anda, onde coloca as mãos. Gestos que, se num primeiro momento são ensaiados, calculados, quando incorporados, revelam outra pessoa, mostrando o vínculo do corpo e da mente. “Ao montar (ou seja, fazer, produzir, fabricar) o seu corpo, esses sujeitos fazem simultaneamente a pessoa, tornam-se incorporados” (JAYME, 2001, p. 15-16). Tornar-se transgênero implica também mudar o nome, e nessa mudança, “outra pessoa” se explicita.

Ao interferirem no seu corpo, talvez desacatando o grito do/a médico/a *é um menino*, aprendendo certos modos de andar, falar, viver, essas mulheres trans e travestis revelam que o corpo deve ser visto como um sistema-ação (GIDDENS, 1997) ligado à experiência e à formulação da pessoa. Talvez por necessitarem ter muita atenção ao seu corpo, para as pessoas trans e travestis ele se revele mais explicitamente e a um só tempo como meio e fim de expressão, ação, identificação e diferença.

Para Csordas (1990), a incorporação deve ser pensada como paradigma da antropologia. Para ele, partindo de Merleau-Ponty e Bourdieu, o corpo é sujeito da cultura, não objeto, e é a base da experiência, portanto, mente e corpo não podem ser pensados

como separados. A construção da identidade pessoal passa também pelo corpo. “O nosso corpo é o nosso modo de ser-estar no mundo”. (Vale de Almeida, 1996, p. 12). É na construção cotidiana do corpo (e da sua pessoa) que as pessoas transgêneras e travestis encontram o seu “modo de ser-estar no mundo”.

E termino este texto-memória não com um tópico conclusivo, mas com uma citação da tese que, a meu ver, sinaliza não uma conclusão, mas um ponto final para esse recorte de lembranças de pesquisa discutido aqui:

O corpo, como o gênero e as identidades, não é natural. A noção de “montar” indica uma ação, esculpir, na qual o corpo é construído dia a dia com prazer, mas também com dor, em sessões de eletrólise para acabar com os pelos que não param de crescer, com injeção de silicone industrial, com maquiagem, meias, espumas, no “truque” ou na sala de cirurgia. A encorporação e o simulacro nos falam também sobre *mimesis*. E, creio, ambas as ideias se encontram ainda na noção de hiper-realidade. Afirmo em outro trabalho (Jayme, 1996) que os clones, ao mimetizarem seus artistas-modelos desejavam a hiper-realidade, o mais real do que o real. Travestis, transformistas, transexuais e *drag-queens*, de algum modo, hiper-realizam seus corpos. Não são uma



JULIANA GONZAGA JAYME

imitação de mulheres, efetuam ações que demonstram no próprio corpo – com exagero de beleza, de dor, de prazer, de sofrimento, de sedução – que tanto o sexo, quanto o gênero são inacabados, como eles próprios (JAYME, 2001, p. 101).



Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”. In. ORTIZ, Renato. (org.): **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olhos d’Água, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** (R. Aguiar, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORREA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 16, p. 13–30, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644535>. Acesso em: 21 maio. 2021.

COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. “Apresentação”. In. _____ (Org.): **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CSORDAS, Thomas. “Embodiment as a Paradigm for Anthropology”, **Ethos**, vol 1, number 1, march, 1990.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Lucília. “História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades”. **História Oral**, 6, 2003, p. 9-25.



GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras: Celta, 1997

GREGORI, Maria Filomena. Contextos de Formação: a importância de Mariza Corrêa para uma geração. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 54, p. e185404, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656208>. Acesso em: 21 maio. 2021

HALBERSTAM, Jack. **Female masculinity**, Durham and London: Duke University Press, 1998.

HELBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.): **O que ler na ciência social brasileira (1975-1995)**. Anpocs/Capes. São Paulo: Editora Sumaré, 1999 p. 183-221.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: www.dive.sc.gov.br/conteudos/agravos/publicacoes/ORIENTACOES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_GENERO__CONCEITOS_E_TERMOS_2_Edicao.pdf Acesso em: 10 maio. 2021.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**, Campinas, Mercado de Letras, 2001.

KOFES, Suely. Apresentação, **Cadernos Pagu: raça e gênero**, Campinas, S.P. n. 6/7, 1996.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**, Dissertação, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã: escritos reunidos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.



MOIRA, Amara. “Travesti ou Transexual? Qual o certo?”. **Fatalblog**, 2021. Disponível em: TRAVESTI OU TRANSEXUAL: QUAL O CERTO? - Blog - Fatal Model Acesso em: 02 julho. 2021.

PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. “Cancelando” o cuier. **Contemporânea: Revista de Sociologia da Ufscar**, v. 10 n. 1 (2020): Janeiro - Abril de 2020. Disponível em: “Cancelando” o cuier / Queer call-out | Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar Acesso em: 08 junho, 2021.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: Editora SOS Corpo, 1993.

RUBIN, Gayle. “Pensando Sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. 16 (2), jul-dez 1990, p. 5-22.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. “Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal”. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996a.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. “Corpo presente: antropologia do corpo e da incorporação”. In VALE DE ALMEIDA, Miguel. (Org.): **Corpo Presente**. Oeiras, Celta, 1996 b.

VIEGAS, Suzana de Matos. Pessoas presentes, pessoas ausentes. In VALE DE ALMEIDA, Miguel. “Corpo presente: antropologia do corpo e da incorporação”. Oeiras, Celta, 1996 b.



JULIANA GONZAGA JAYME

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana: estudos de antropologia social**. Rio de Janeiro, Contra-Capa, V. 2, N.2, 1996.